

Não deixar ninguém para trás: Declaração Ministerial de Desenvolvimento do G20 para reduzir as desigualdades

Nós, os Ministros do G20 responsáveis pelo Desenvolvimento, reunidos no Rio de Janeiro, de 22 a 23 de julho de 2024, recepcionados pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e com a presença dos Ministros dos membros do G20, responsáveis pelo tema de Desenvolvimento, convidamos países e organizações internacionais parceiras, a abordar a necessidade urgente de reduzir as desigualdades dentro e entre os países e promover oportunidades para todas as pessoas, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico ou outros status.

2. Reconhecendo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a natureza integrada, universal e indivisível de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entendemos que a desigualdade dentro e entre os países está na raiz da maioria dos desafios abordados pela Agenda 2030 ou os torna mais difíceis de se resolver. Reafirmamos nosso forte compromisso de acelerar a implementação plena e eficaz da Agenda 2030, inclusive abordando especificamente os impulsionadores da desigualdade e priorizando sua redução (ODS 10) em todas as suas formas e dimensões, não deixando ninguém para trás e nos esforçando para alcançar os mais desfavorecidos primeiro. Nós nos comprometemos a colocar o desenvolvimento sustentável no centro da agenda de cooperação internacional.

3. Nós reiteramos que crises e desafios multidimensionais sem precedentes estão impactando as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e a parceria e têm interrompido ou revertido anos de progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A desigualdade amplifica os impactos negativos e desiguais dos choques com possíveis consequências a longo prazo. Notamos de forma alarmante o primeiro aumento da pobreza extrema e da desigualdade em mais de duas décadas. Aproximadamente 712 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza em 2022, 23 milhões a mais do que em 2019, com taxas mais altas afetando os países mais pobres e desproporcionalmente afetando crianças, sendo elas duas vezes mais

propensas que os adultos a viver em extrema pobreza¹. Reafirmamos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para promover o desenvolvimento sustentável, é fundamental fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ODS 17).

4. Neste contexto, os desafios e as crises, como a pandemia da COVID-19, a mudança climática, a perda de biodiversidade, a desertificação e a degradação da terra, a degradação ambiental e a poluição, a crise de aprendizagem, a desaceleração econômica, a crescente vulnerabilidade da dívida, a crescente pobreza e a desigualdade, incluindo a desigualdade de gênero, a insegurança alimentar e a desnutrição, a estagnação do progresso no acesso a serviços de saúde, a pobreza e a insegurança energética, a volatilidade nos mercados de energia, as interrupções na cadeia global de suprimentos, os desastres e conflitos, afetam desproporcionalmente as pessoas que vivem na pobreza e em situações de vulnerabilidade e nos países em desenvolvimento, limitando seus recursos e capacidade de alcançar os ODS e as metas globais de desenvolvimento, meio ambiente e clima. Todas as pessoas, independentemente de gênero, idade, raça, etnia, origem, religião, localização geográfica e outros status, incluindo pessoas em situações de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, migrantes, crianças e jovens, pessoas afetadas por desastres ou conflitos, refugiados, pessoas em risco de se tornarem ou em situação de rua, comunidades locais, bem como Povos Indígenas, devem ter acesso a serviços essenciais para atender às suas necessidades básicas, trabalho decente e outras oportunidades sociais e econômicas que garantam sua participação plena, igualitária, efetiva e significativa na sociedade.

5. Comprometidos em não deixar ninguém para trás, estamos nos esforçando para promover a inclusão e o empoderamento social, econômico e político de todos, para garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades, inclusive eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias

¹De acordo com o [Relatório de Pobreza e Prosperidade Compartilhada do Banco Mundial, 2022](#); Compromisso do [UNICEF para Acabar com a Pobreza Infantil e Alcançar os ODS: Medição, Advocacia e Políticas Baseadas em Evidências, 2022](#); [OIT, UNICEF, Learning for Wellbeing Institute. A promessa de benefícios universais para crianças: a política fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Destaque da Proteção Social, fevereiro de 2024.](#)

e promovendo legislação, políticas e ações apropriadas a esse respeito. Nós nos comprometemos a acelerar o progresso em direção à implementação plena e eficaz da Agenda 2030 e ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inclusive por meio do reconhecimento do papel dos governos locais e regionais e de outros atores locais, em uma abordagem que envolva toda a sociedade. Isso está em conformidade com os compromissos ambiciosos do Plano de Ação do G20 de 2016 sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Ação do G20 de 2023 sobre a Aceleração do Progresso nos ODS e outros compromissos e realizações anteriores do G20, especialmente aqueles focados no desenvolvimento, além de levar em consideração a Declaração Política da Cúpula dos ODS da AGNU e o Acelerador Global das Nações Unidas sobre Emprego e Proteção Social para Transições Justas. Reconhecemos a importância de abraçar o consumo e a produção sustentáveis e integrar os Estilos de Vida para o Desenvolvimento Sustentável (LiFE).

6. Nós reconhecemos a importância de políticas que promovam a igualdade de oportunidades, capacitem pessoas em situações de vulnerabilidade, apoiem a produtividade e reduzam as desigualdades de renda. Elas são cruciais para o bem-estar humano e promovem um crescimento econômico forte, sustentável, equilibrado e inclusivo para todos os países, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Reafirmamos nosso compromisso em ajudar os países em desenvolvimento a se integrarem melhor às cadeias industriais, de valor e de suprimentos globais e acelerar seu processo de industrialização e modernização. Reconhecemos que o desenvolvimento do capital humano é essencial para combater a pobreza e a desigualdade. Observamos que a desigualdade persistentemente alta é frequentemente associada a um crescimento econômico mais baixo e menos durável e a uma maior instabilidade financeira. As desigualdades contínuas, inclusive no continuum rural-urbano, comprometem o potencial de desenvolvimento, pois aqueles em situações de vulnerabilidade não têm oportunidades de aprender e desenvolver suas habilidades e capacidades produtivas. As desigualdades também têm um impacto intergeracional, pois a mobilidade social desigual, as oportunidades e os resultados de uma geração influenciam diretamente os da próxima.

7. Nós reafirmamos nosso objetivo comum de reduzir a desigualdade de renda e beneficiar os 40% mais pobres da distribuição de renda, em linha com a meta ODS 10.1, o que é uma transformação importante almejada pela Agenda 2030. Pretendemos perseguir este objetivo por meio de um conjunto abrangente de ações, incluindo a promoção de um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo; emprego produtivo e inovação apoiados por competências adequadas e transferência de tecnologia em termos voluntários e mutuamente acordados; desenvolvimento de competências e capacitação; sistemas fiscais justos, progressivos e eficientes; políticas redistributivas e gestão de riscos; e a prestação de serviços públicos de qualidade, com foco nos que ficaram para trás, levando em consideração o impacto intergeracional. Nós recebemos com entusiasmo a restauração do Subgrupo sobre Desigualdades e Renda do Trabalho, do Grupo de Trabalho de Emprego do G20 sobre sob a Presidência brasileira este ano.

8. Nós reconhecemos que a proteção social universal, incluindo a proteção social adaptativa, é uma ferramenta crítica para reduzir as desigualdades, mitigar e gerenciar riscos e aumentar a resiliência. Reconhecemos a importância de fortalecer e expandir a cobertura dos sistemas e programas nacionais de proteção social, e de aumentar a adequação e a capacidade de resposta ao choque dos programas, em toda a economia formal e informal, em resposta a um aumento dos desafios e choques globais emergentes, incluindo desastres e os efeitos adversos da mudança climática.

9. Neste contexto, como a cooperação do G20 ocupa uma posição estratégica e tem o potencial de acelerar o progresso dos ODS, resolvemos agir de forma coletiva e concreta para combater a desigualdade dentro e entre os países, particularmente no continuum rural-urbano. Reafirmamos a importância de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, dada a sua relevância fundamental no fomento ao desenvolvimento humano sustentável e de promover transformações e romper o ciclo intergeracional das desigualdades. Da mesma forma, é fundamental melhorar os serviços essenciais de saúde para níveis superiores aos níveis de pré-pandemia, idealmente nos próximos 1 a 2 anos, e fortalecer os sistemas de saúde, especialmente no nível da atenção primária, para alcançar a cobertura

universal de saúde até 2030. Reconhecemos a importância de facilitar o desenvolvimento, a distribuição oportuna e o acesso equitativo a vacinas, terapias e diagnósticos seguros, eficazes, de qualidade garantida e acessíveis, e outros produtos de saúde e contramedidas médicas, bem como o papel potencial da Medicina Tradicional e Complementar baseada em evidências. Para acelerar o crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, sem deixar ninguém para trás, também continuamos comprometidos com uma abordagem inclusiva, justa e sustentável que leve a uma maior justiça social, equidade e igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, de acordo com o ODS 5, e a um trabalho decente e uma proteção social para todos, incluindo uma proteção social adaptativa.

10. Reconhecendo a importância de promover a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em consonância com o ODS 5, recebemos com satisfação a criação do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres sob a Presidência indiana do G20 e o progresso das atividades do grupo durante a Presidência brasileira do G20. Incentivamos o desenvolvimento liderado por mulheres e continuamos comprometidos em melhorar a participação plena, igualitária e significativa das mulheres como tomadoras de decisão para enfrentar os desafios globais de forma inclusiva e contribuir como participantes ativas em todas as esferas da sociedade, em todos os setores e em todos os níveis da economia, o que não é apenas crucial para alcançar a igualdade de gênero, mas também para contribuir para o crescimento do PIB global. A este respeito, sublinhamos a necessidade de promover ações coletivas concretas e transformadoras sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, por intermédio do investimento na economia do cuidado e da promoção de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) pertencentes a mulheres. Reafirmamos o compromisso de eliminar estereótipos e preconceitos de gênero, mudar normas, atitudes e comportamentos que perpetuam a desigualdade de gênero e minam o empoderamento das mulheres, e eliminar a violência baseada em gênero, incluindo a violência sexual. Para isso, nos comprometemos a aprimorar sua participação plena, igualitária e efetiva como tomadoras de decisão. Reafirmamos também que a igualdade de gênero é uma questão transversal de fundamental importância, e que investir no empoderamento de todas as mulheres e meninas tem um efeito multiplicador na Agenda 2030. Reconhecemos que as organizações de direitos das mulheres e as iniciativas

de base desempenham um papel crucial na defesa e no avanço de políticas, leis e instituições que garantam a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas para o desenvolvimento sustentável, levando em consideração diferentes contextos e circunstâncias nacionais. Nós nos comprometemos a reduzir a mortalidade materna global e a promover o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais.

11. Nós afirmamos que as políticas para reduzir as desigualdades são essenciais para acabar com a fome e a pobreza estrutural. Desafios globais sem precedentes exigem maior compromisso, financiamento e ações coordenadas, rápidas e tangíveis em todos os níveis, mas os esforços existentes não parecem ser suficientes para alcançar as metas de fome zero e erradicação da pobreza sob os atuais desafios globais. Esperamos, portanto, o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza (ODS 1 e 2), reduzindo as desigualdades (ODS 10), contribuindo para revitalizar parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ODS 17) e para a realização de outros ODS interligados, e promovendo caminhos de transição sustentáveis, inclusivos e justos. Nós nos comprometemos a melhorar a segurança alimentar e nutricional global para todos, de acordo com a Declaração de Matera sobre Segurança Alimentar, Nutrição e Sistemas Alimentares de 2021 e os Princípios de Alto Nível de Declaração sobre Segurança Alimentar e Nutrição do G20 em 2023.

12. Nós destacamos a importância de priorizar politicamente os esforços para garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, como parte importante do esforço global necessário para reduzir a desigualdade em todas as suas dimensões. Para esse fim, concordamos com o Chamado à Ação do G20 sobre o Fortalecimento da Água Potável e dos Serviços de Saneamento e Higiene durante a Presidência brasileira. Portanto, apoiamos a promoção de sistemas de água, saneamento e higiene (WASH) que sejam inclusivos, integrados, sustentáveis e sensíveis ao gênero, para construir resiliência aos impactos da perda de biodiversidade, mudança climática, degradação ambiental, doenças transmitidas pela água, desastres e poluição, a fim de alcançar resultados melhores de saúde,

educação e desenvolvimento socioeconômico. Ressaltamos, ainda, a importância de políticas específicas para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e de responder à todas as formas de discriminação, principalmente quando consideramos as pessoas com deficiência. Reconhecemos que a falta de acesso a serviços, produtos e educação sobre saúde e higiene menstrual para mulheres e meninas, afeta sua educação, saúde, segurança e desenvolvimento humano. Reconhecemos os desafios enfrentados pelo financiamento de sistemas de WASH resilientes e sustentáveis e pedimos a mobilização de recursos para enfrentar esse desafio.

13. Nós reafirmamos que um multilateralismo e uma reforma mais inclusivos e revigorados voltados para a implementação da Agenda 2030 são essenciais. Reiteramos nosso compromisso de garantir maior representação e voz para os países em desenvolvimento na tomada de decisões em instituições financeiras e econômicas internacionais globais, a fim de oferecer instituições mais eficazes, confiáveis, responsáveis e legítimas. Esperamos com expectativa pelas discussões em andamento dos Ministros das Finanças para oferecer Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) melhores, maiores e mais eficazes, aprimorando os modelos operacionais, melhorando a capacidade de resposta e acessibilidade, e aumentando substancialmente a capacidade de financiamento para maximizar o impacto do desenvolvimento nos países em desenvolvimento, em particular, os mais pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo em que reconhecemos o progresso substancial feito até o momento como parte da agenda de evolução dos BMDs. Também pedimos uma reposição bem-sucedida da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) 21 em 2024 para apoiar o combate à pobreza, à fome e à desnutrição.

14. Nós reafirmamos que um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC como seu núcleo, é indispensável para facilitar a integração dos países em desenvolvimento na economia global e promover o crescimento, a inovação, a criação de empregos e o desenvolvimento sustentável.

15. A mobilização de financiamento acessível, adequado e disponível proveniente de todas as fontes e a implementação da Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) continuam sendo grandes desafios para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e o progresso não foi compartilhado uniformemente dentro e entre os países, aprofundando ainda mais as desigualdades existentes. Apelamos a todos os parceiros a mobilizarem financiamento acessível e adequado proveniente de todas as fontes para o desenvolvimento, incluindo fontes nacionais e internacionais, públicas e privadas, incluindo o uso de mecanismos de financiamento inovadores, como financiamento misto, instrumentos de redução de risco e outros instrumentos financeiros relacionados à sustentabilidade, em tempo hábil. Reafirmamos nosso compromisso com a mobilização de financiamento acessível, adequado e disponível, proveniente de todas as fontes para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços internos para superar obstáculos à implementação da Agenda 2030 e da AAAA. Salientamos também a importância de sistemas fiscais justos, progressivos e eficientes, tendo em conta as circunstâncias nacionais, para reforçar a mobilização de recursos internos para combater a pobreza e a desigualdade. Convocamos os países desenvolvidos a cumprir integralmente seus respectivos compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que complementam e incentivam o financiamento do desenvolvimento de todas as outras fontes, incluindo públicas e privadas, nacionais e internacionais, em tempo hábil, e contribuem para atender às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. O G20 reafirma a importância de promover o financiamento do desenvolvimento, respeitando os princípios aplicáveis relacionados às finanças, observando a importância da transparência e da responsabilidade mútua. Nesse sentido, esperamos com expectativa a Cúpula do Futuro em setembro de 2024 e a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Sevilha, Espanha, em julho de 2025.

16. Nós também apoiamos o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento no combate à desigualdade. Reconhecemos a necessidade de desenvolver capacidades nos países em desenvolvimento a nível comunitário e nas instituições e autoridades locais e regionais, para fortalecer

as capacidades, instituições, conhecimentos e recursos humanos locais, quando apropriado e incluindo a educação em todos os níveis. Isso deve contribuir para as prioridades nacionais de desenvolvimento, estar disponível aos países em desenvolvimento e reconhecer a importância da localização dos ODS, levando em consideração as circunstâncias nacionais. Também destacamos a importância de promover modelos de cooperação para o desenvolvimento que sejam orientados pela demanda e liderados pelos próprios países

em desenvolvimento, que sejam escaláveis e adaptados às condições locais, incluindo a promoção do compartilhamento de conhecimento, da transferência de tecnologia, em termos voluntários e mutuamente acordados, e da mobilização de financiamento adequado. Nesse sentido, reconhecemos que a cooperação para o desenvolvimento, incluindo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e Triangular, permite que os países em desenvolvimento avancem em direção ao desenvolvimento sustentável. Reafirmamos o BAPA+40 como um marco importante na evolução da cooperação Sul-Sul e Triangular, reconhecendo que esta modalidade de cooperação contribui para, *inter alia*, promover a parceria, a unidade e a cooperação, que, por sua vez, contribuem para estabelecer uma ordem econômica internacional justa, inclusiva e equitativa e para alcançar os ODS.

17. Nós reafirmamos nosso compromisso de reduzir as disparidades digitais e promover o uso inclusivo de dados para o desenvolvimento, aproveitar os benefícios da Inteligência Artificial (IA) segura, protegida e confiável para o bem e para todos de maneira responsável, inclusiva e centrada no ser humano, melhorar o acesso a serviços digitais e infraestrutura pública digital, e alavancar oportunidades de transformação digital para impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo. Isso pode possibilitar uma transformação rápida, combater as desigualdades dentro e entre os países e acelerar a realização do desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões - econômica, social e ambiental, bem como a prestação de serviços públicos. Reconhecemos que uma infraestrutura pública digital segura, confiável, responsável e inclusiva, que respeite os direitos humanos, os dados pessoais, a privacidade e os direitos de propriedade intelectual, pode promover a resiliência e permitir a prestação de serviços e a inovação.

18. Nós reconhecemos a necessidade urgente de fortalecer e investir em instituições nacionais de estatística e políticas baseadas em dados e evidências, inclusive aproveitando os Dados para o Desenvolvimento, e fortalecer as ações internacionais para acelerar o progresso no ODS 10 e metas vinculadas em outros ODS. A este respeito, reafirmamos a necessidade de aumentar o apoio à capacitação, inclusive para os países em desenvolvimento, e aumentar significativamente a disponibilidade de dados desagregados de alta qualidade, oportunos e confiáveis, para garantir que ninguém seja deixado para trás. Convidamos a avaliarem a adoção dos objetivos de redução da desigualdade em nossos programas e políticas e o possível desenvolvimento de medidas de como nossas ações contribuem para reduzir as desigualdades, de acordo com as circunstâncias nacionais. A Presidência brasileira comissionou estudos sobre a redução das desigualdades e o empoderamento das pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade ao Banco Mundial, à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao Fundo Internacional de Emergência Infantil das Nações Unidas (UNICEF) e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), à Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), à Aliança Global para a Pesquisa e Inovação das Economias da Vida (GALERI) e parceiros, e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Presidência brasileira aguarda com expectativa a participação de nossos parceiros de conhecimento na Cúpula Social do G20.

19. Nós enfatizamos a importância da formulação de políticas baseadas em dados e evidências para enfrentar os desafios do desenvolvimento, incluindo as desigualdades, e para acelerar o progresso em direção aos ODS por meio de insights de dados quantitativos e qualitativos. Isso pode apoiar processos construtivos de tomada de decisão, planejamento eficiente e alocação de recursos, maximização de sinergia entre os ODS, melhoria na prestação de serviços, monitoramento e avaliação eficaz dos impactos, maior responsabilização e empoderamento de comunidades e indivíduos. Nós também incentivamos os países que implementaram efetivamente políticas baseadas em dados a liderar pelo exemplo, adotando medidas adicionais para promover a redução da desigualdade, de acordo com as circunstâncias nacionais. A esse respeito, observamos com apreço a adoção pelo Brasil de

seu próprio compromisso com as desigualdades, intitulado “ODS 18 - Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Étnica e Racial”.

20. Nós expressamos nosso reconhecimento ao Brasil por sua liderança do G20 em 2024, na aceleração de ações para a redução das desigualdades. Nesse sentido, reconhecemos e apreciamos as contribuições de todas as organizações internacionais participantes – AUDA-NEPAD, CAF, CEPAL, FAO, BID, FIDA, OIT, OCDE, SHF, UNCTAD, PNUD, UNICEF, Unido, PMA, OMS e Banco Mundial. Saudamos a República da África do Sul e sua Presidência do G20 em 2025, e os Estados Unidos da América e sua Presidência do G20 em 2026, para levar adiante a agenda coletiva do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20.